

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: A TRAJETÓRIA DE UMA DISCENTE CEGA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Valéria Barbosa Guedes

Graduanda do curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

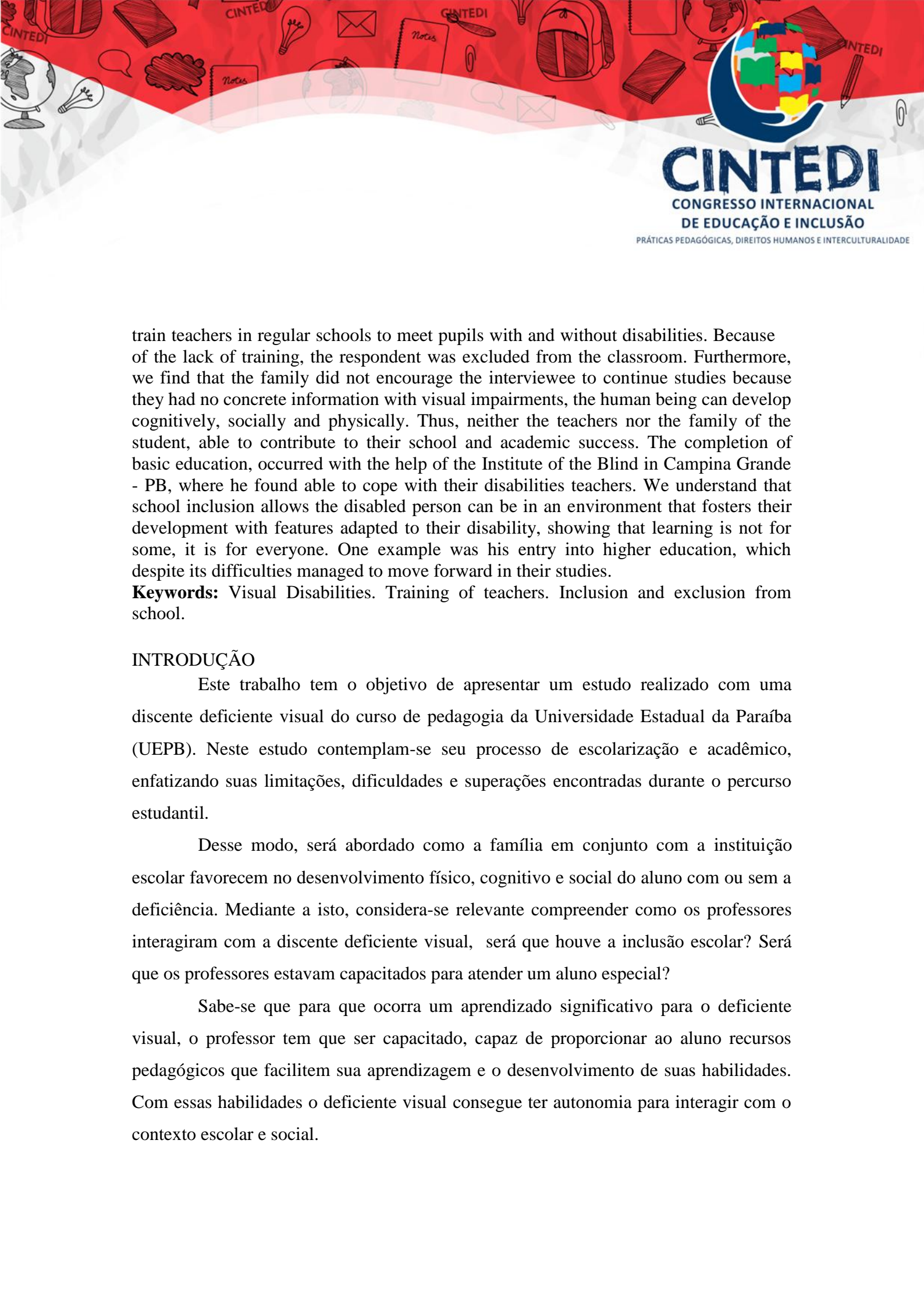
Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com uma discente deficiente visual do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Como recursos metodológicos utilizamos uma entrevista semi-estruturada e observação participante. Os principais teóricos utilizados foram Mosquera (2010) Ochaita & Rosa (1995) e Bardin (1977). Com esta pesquisa, constatamos que é muito importante a capacitação de professores no ensino regular para atender o alunado com ou sem deficiência. Pois, pela falta de capacitação, a entrevistada foi excluída da sala de aula. Além disso, verificamos que a família não contribuiu para que a entrevistada prosseguisse nos estudos, pois não tinham informações concretas que com a deficiência visual, o ser humano consegue se desenvolver cognitivamente, socialmente e fisicamente. Desse modo, nem os professores nem a família da discente, conseguiram contribuir com seu sucesso escolar e acadêmico. O término do ensino básico, ocorreu com ajuda do Instituto dos Cegos em Campina Grande – PB, onde encontrou professores capacitados para lidar com sua deficiência. Compreendemos que inclusão escolar, possibilita que a pessoa com deficiência, possa estar inserida em um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento com recursos adaptados à sua deficiência, mostrando que a aprendizagem não é para alguns, é para todos. Exemplo disso, foi seu ingresso no ensino superior, que apesar de suas dificuldades conseguiu seguir adiante nos estudos.

Palavras-Chaves: Deficiência Visual. Capacitação de professores. Inclusão e exclusão escolar.

Abstract

This article aims to present results of a survey conducted for Work Course Completion (TCC) with a visually impaired student of pedagogy course at the State University of Paraíba (UEPB). As methodological resources used a semi-structured interviews and participant observation. The main theoretical were used Mosquera (2010) Ochaita & Rose (1995) and Bardin (1977). With this research, we find that it is very important to



train teachers in regular schools to meet pupils with and without disabilities. Because of the lack of training, the respondent was excluded from the classroom. Furthermore, we find that the family did not encourage the interviewee to continue studies because they had no concrete information with visual impairments, the human being can develop cognitively, socially and physically. Thus, neither the teachers nor the family of the student, able to contribute to their school and academic success. The completion of basic education, occurred with the help of the Institute of the Blind in Campina Grande - PB, where he found able to cope with their disabilities teachers. We understand that school inclusion allows the disabled person can be in an environment that fosters their development with features adapted to their disability, showing that learning is not for some, it is for everyone. One example was his entry into higher education, which despite its difficulties managed to move forward in their studies.

Keywords: Visual Disabilities. Training of teachers. Inclusion and exclusion from school.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo realizado com uma discente deficiente visual do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Neste estudo contemplam-se seu processo de escolarização e acadêmico, enfatizando suas limitações, dificuldades e superações encontradas durante o percurso estudantil.

Desse modo, será abordado como a família em conjunto com a instituição escolar favorecem no desenvolvimento físico, cognitivo e social do aluno com ou sem a deficiência. Mediante a isto, considera-se relevante compreender como os professores interagiram com a discente deficiente visual, será que houve a inclusão escolar? Será que os professores estavam capacitados para atender um aluno especial?

Sabe-se que para que ocorra um aprendizado significativo para o deficiente visual, o professor tem que ser capacitado, capaz de proporcionar ao aluno recursos pedagógicos que facilitem sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas habilidades. Com essas habilidades o deficiente visual consegue ter autonomia para interagir com o contexto escolar e social.

Com isso, salientamos que durante o processo de escolarização do aluno com ou sem deficiência, o professor deve envolver o aluno de maneira prazerosa, despertando sua curiosidade em aprender. Entretanto, julga-se necessário a interação entre escola e família, visto que, a deficiência não impede o aluno de aprender, pelo contrário, requer mais atenção do professor em facilitar essa aprendizagem sem comprometê-la, ou seja, sem excluir o aluno ou taxá-lo de incapaz.

DEFICIÊNCIA VISUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO ESCOLAR

A deficiência visual é a perda parcial ou total da visão. Está ligado a vários fatores tanto hereditários quanto adquiridos, ou seja, muitas crianças já nascem com a deficiência porque herdou geneticamente da família. Há outras pessoas que nascem com a visão sem alterações, mas por algum acidente ou doença adquirem a deficiência visual. Para Ochaita e Rosa (1995, p. 183),

A cegueira é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso a visão (...) a carência ou a séria diminuição da captação da informação, (...) potencializa a utilização dos outros sistemas sensoriais. Dois sentidos mostram-se, então, como especialmente importantes: o ouvido e o sistema háptico e, o tato por sua vez, é o sentido que permite ao cego o conhecimento sensorial dos objetos animado e inanimados que constituem o ambiente.

Sendo assim, compreende-se como o tato e a audição favorecem aspectos para o desenvolvimento social e motor da pessoa com deficiência visual. Pois, para locomover-se em uma rua movimentada, por exemplo, com a ajuda da audição, é possível ouvir se o barulho dos automóveis estão perto ou longe, caso estejam longe, o deficiente consegue atravessar a rua. O tato, possibilita o conhecimento de objetos, noção de espaço, enfim, apenas com esses dois órgãos sensoriais o deficiente visual consegue desenvolver-se tanto no contexto social quanto escolar.

Para que as pessoas com deficiência visual consigam desenvolver-se mais e melhor, é viável o estímulo positivo da família. Pensando nisso, Mosquera (2010, p. 45-46), aborda que,

As causas da deficiência visual são variadas e podem ocorrer desde antes do nascimento, durante o parto ou durante o crescimento do indivíduo. Independentemente da causa da deficiência, a criança pode perder totalmente a visão ou mesmo crescer com algum resíduo dela. Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta. O seu desenvolvimento não é muito diferente do daqueles que nascem com uma boa visão, mas sempre exigirá um acompanhamento especial. Se o diagnóstico for realizado corretamente, principalmente na criança, as primeiras providências devem ser tomadas o mais rápido possível. Quando isso acontece, constitui-se no que chamamos de *estimulação precoce*. Esse procedimento envolve a família, especialistas, médicos e todas as pessoas envolvidas na criação da criança.

Desse modo, o desenvolvimento da pessoa com deficiência não vai ocorrer de forma homogeneia como todas as crianças. Embora não ocorra da mesma forma, acontece de maneira mais lenta. Sendo assim, o tempo destinado ao desenvolvimento da pessoa com deficiência visual ou qualquer outra deficiência deve ser respeitado e a família e a instituição escolar devem saber dessas informações, para saberem trabalhar e intervir de maneira correta no aprendizado do aluno. Visto que, com a visão, o indivíduo consegue realizar certas atividades com mais rapidez e precisão. Com isso, Gil (2000, pg. 7), aborda sobre a contribuição da visão, afirmando que “A visão é o canal mais importante de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior. Tal como a audição, ela capta registros próximos ou distantes e permite organizar, no nível cerebral, as informações trazidas pelos outros órgãos dos sentidos”.

Desse modo, mesmo que a pessoa com deficiência não tenham a visão, ela aprende, brinca, interage enfim. Em relação aos direitos a educação atribuída as pessoas com deficiência, a Declaração de Salamanca (1994), pontua que,

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,



- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Mesmo com o direito a educação, as pessoas com deficiência sofrem ou sofrerem algum tipo de exclusão escolar, advindos, por exemplo, de falta de capacitação de professores. Para amenizar essa situação surge à educação especial, Ainscow (2009, p. 12), afirma que,

O desenvolvimento da educação especial envolveu uma série de estágios durante os quais os sistemas de educação exploram diferentes formas de responder a crianças com deficiências e a outras que têm dificuldades de aprendizagem. A educação especial foi oferecida, por vezes, como complemento à educação geral e em outros casos foi totalmente segregada.

A educação especial pode ser remetida a educação inclusiva, que possibilita novas metodologias que se adéquem as deficiências dos alunos. Permitindo que as pessoas com deficiência sejam inseridas no contexto escolar, especificadamente na educação regular, direito assegurado na Declaração de Salamanca (1994).

METODOLOGIA

A pesquisa concretizou-se, por meio de pesquisa qualitativa que, segundo Malheiros (2011, p.189) “(...) estão orientadas para identificar interpretações, formas de se relacionar com o mundo e com as demais pessoas para identificar o que há de comum e o que se diferencia”. Pois, iremos identificar e/ou compreender o desenvolvimento escolar e acadêmico dessa deficiente visual, através de observações, além de descrever



as dificuldades que norteiam pessoas com necessidades especiais ao ingressarem em uma escola em momento tardio.

Esta pesquisa originou-se por meio da observação participante, pois temos contato e/ou vínculo, com a deficiente visual aproximadamente dois anos, pelo projeto de tutoria especial, na qual a auxiliávamos, lendo texto, transcrevendo em Braille, entre outras funções.

A análise dos conteúdos foi feita de maneira criteriosa, considerando o que a discente deficiente visual, quis nos informar. Dessa forma, Bardin (1977, p.45) enfatiza que, “(...) A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. (...) é uma busca de outras realidades *através* das mensagens”. Nessa perspectiva, procuramos entender e interpretar o que a entrevistada quis enfatizar na sua fala.

ANALISE DOS DADOS

Em relação ao processo de escolarização, considera-se que seja favorável e que possibilite que o desenvolvimento dos alunos, possibilitando a eles novos caminhos e novas direções. Desse modo a entrevista com a discente deficiente visual, ocorreu primeiramente com a seguinte pergunta:

1) “Como ocorreu seu percurso escolar durante o ensino básico?”

Ingressei na escola quando criança, mas não era matriculada. Fui motivo de chacota para meus colegas, por isso, desisti de estudar. Com quinze anos fui matriculada no instituto dos cegos aqui em Campina Grande e, minha relação com os colegas de sala era normal porque todos eram deficientes assim como eu. O professor também nos tratava bem.

Compreende-se que durante o ensino regular, a discente deficiente visual não obteve nenhum desenvolvimento que remetesse a aprendizagem. Provavelmente, isto aconteceu mediante a falta de capacitação de professores que não tinham subsídios para ajudar no desempenho de seus alunos. Desse modo, a entrevistada não teve a assistência



que deveria ter tido, pelo contrário, foi motivo de chacota para seus colegas, sendo basicamente excluída da sala de aula. Por isso, Dall'Acqua (2007, p.16) ressalta que,

Cada vez mais firma-se a noção e a necessidade de que sejam incorporados, junto às ações de formação continuada de professores, estejam eles atuando no ensino especial ou não, conteúdos para a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que favoreçam a compreensão das complexas situações de ensino, enfatizando especialmente atitudes de aceitação e respeito às diferenças individuais.

Dessa forma, a falta de capacitação de professores interfere negativamente na aprendizagem dos alunos, seja eles com deficiência ou não. Por este motivo, a deficiente visual encontrou dificuldades na sala de aula, pois, caso o professor fosse capacitado, teria como ajudar sua aluna e fazer com que os demais alunos compreendam e aprendam a respeitar as diferenças existentes no mundo.

Durante o processo estudantil do aluno com ou sem deficiência é importante que a família sempre acompanhe o desenvolvimento de seus filhos. Desta forma, possibilitará que se desenvolvam com mais veracidade e tenham autonomia para desenvolver e resolver suas próprias atividades. Desse modo, formulamos a segunda pergunta:

2) “Durante seu percurso escolar, sua família lhe incentivava com os estudos?”

Não tive incentivo de meus pais, apenas da minha avó materna para estudar. Acredito que meus pais pensavam que não aprenderia nada na escola porque sou cega.

Dessa maneira, além da discente deficiente visual, ter sido excluída da sala de aula, não teve o apoio de sua família durante esse processo. Compreende-se que a falta de informações entre a família e a escola sobre a deficiência visual, impossibilitou que a discente tivesse um atendimento especial capaz de proporcionar a aprendizagem adequada. Dessa forma Montilha, Temporani, Nobre e et al (2006, p.208) ressaltam que,

Os profissionais que atuam na reabilitação e educação de indivíduos deficientes visuais necessitam deter conhecimentos sobre as limitações desses indivíduos bem como sobre o sistema de ensino e reabilitação vigentes. A escola e a reabilitação devem caminhar juntas, suprimindo as reais dificuldades da criança, do adolescente e do adulto portador de deficiência visual.

Dessa forma, os professores para atenderem seus alunos têm que ter capacitação e compromisso em querer transmitir conhecimento e fazer com que os alunos se interessem em estudar. Mas, sem a capacitação os professores não conseguem atender as limitações e atuar nas suas dificuldades de seus alunos, pelo contrário, excluem o aluno, por não entender como inseri-lo no contexto escolar que foi o que aconteceu com a entrevistada. Nesse caso, como não havia capacitação, a instituição escolar deveria ter procurado algum órgão que nesse período atendesse pessoas com necessidades especiais.

São encontradas diversas dificuldades durante o processo estudantil. Muitas dessas dificuldades, ajudam o aluno a evoluir cognitivamente a não permanecer mais no erro. Sendo assim, chegamos a terceira pergunta:

3) “Durante seu percurso escolar e acadêmico, encontrou ou ainda encontra dificuldades que interferem na sua aprendizagem?”

No começo quando estudei não tive dificuldade, porque fiz até a 4ª série no instituto dos cegos, então, não tinha barreira, pois estudei como método Braille. Hoje encontro algumas barreiras, principalmente pela falta de capacitação de professores. Isso acontece muito no método que eles utilizam para me avaliarem, porque as vezes alguns professores vêm até mim perguntar como eles devem fazer atividades e provas comigo. Há outros professores que realizam prova oral. Além disso, não tenho um tempo especial para realizar a prova.

Percebe-se nessa resposta oferecida pela discente, há referência ao método Braille. Método esse que foi desenvolvido para que as pessoas com deficiência visual e com baixa visão fazerem uso escrita, assim como nós videntes, apenas de uma forma diferente de aprender. A discente teve contato com o braille porque frequentou o instituto dos cegos. Dessa forma, compreende-se que a discente, no momento que esteve



na escola regular, não foi oferecido esse método e nem outro que facilitasse o desenvolvimento de sua aprendizagem em sala de aula. Provavelmente, devido à falta de capacitação de professores e orientação da gestão escolar. Por este motivo, o educando deficiente visual não consegue se desenvolver, sem o atendimento especial e sem metodologias adequadas a sua deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a inclusão escolar possibilita a inserção do aluno no contexto escolar. Mas, esta inserção não permite que o aluno esteja participando das aulas ministradas pelo professor. Pois, durante os relatos da aluna deficiente visual, compreendeu-se que mesmo inserida no contexto escolar, não conseguiu obter uma aprendizagem significativa, pelo contrário, com a falta de capacitação do professor, sentiu-se excluída e resolveu parar de estudar.

Sendo assim, verifica-se como a falta de preparação do professor compromete o desenvolvimento do aluno, que tem direito de estudar na escola regular, assim como todas as outras crianças, como especificado na Declaração de Salamanca (1994). Além disso, a intervenção da família com o processo escolar de seus filhos, possibilita diversos aspectos positivos, como exemplo, seguir adiante nos estudos.

Dessa forma, a família em conjunto com a escola tanto contribuem como não no desenvolvimento escolar dos alunos. Pois, em alguns casos, quando ocorre a exclusão escolar, são poucos os alunos que conseguem seguir adiante nos estudos. Por isso, é importante que tanto a família quanto a instituição escolar, busquem informações sobre as deficiências e impeçam que alunos sejam excluídos e desestimulados pelo despreparo do professor.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação Inclusiva**: como essa tarefa deve ser conceituada? p.12. In.: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windy; IRELAND, Timothy; et al (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Edição Revista e Atualizada. 1977.

DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a11.pdf>>. Acesso em Ago. 2014.

GIL, Marta. Deficiência visual. MEC: Secretária de Educação a Distância: 2000.

SALAMANCA, Declaração de. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 18 Jul. 2014.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011(pp. 189-196).

MOSQUERA, Carlos Fernando França. Deficiência Visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpx, 2010.

MONTILHA, Rita de Cássia Ietto; TEMPORINI, Rita Edméa; NOBRE, Maria Inês Rubo de Sousa e et al. Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492006000200014> Acesso em 02 de Ago 2014.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. Percepção, Ação e conhecimento nas crianças cegas. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro(Org's). **Desenvolvimento psicológicos**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995(pp. 183-197).